

Cadernos **IHU** *ideias*



Ano 13 • nº 229 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316



Um olhar biopolítico sobre a bioética

Anna Quintanas Feixas



Um olhar biopolítico sobre a bioética
A biopolitical perspective on bioethics

Anna Quintanas Feixas
Universidade de Girona, Espanha

Resumo

Nos últimos anos temos defendido a necessidade de cruzar a bioética com os estudos biopolíticos. A razão principal reside no fato de pensar que a bioética corre o risco de converter-se na “cara amável da biopolítica” se, de forma consciente ou não, seu quefazer contribuir para maquiagem, esconder ou esfumar as relações de poder e as questões políticas que se produzem em torno do “bios”. Seguramente, este perigo tem causas que estão além da própria bioética, posto que parece ser uma tendência do nosso tempo abusar do ponto de vista ético-humanitário, de tal forma que a perspectiva política fica relegada ou esquecida.

Palavras-chave: bioética, biopolítica, Foucault.

Abstract

In recent years we have been advocating the need to cross bioethics with biopolitical studies. The main reason for this lies in the consideration that bioethics runs the risk of becoming the “friendly face of biopolitics” if, whether in a conscious manner or not, its activity contributes to disguising, hiding or blurring the power relationships and political issues that emerge around “bios”. This danger certainly has causes that are located beyond bioethics itself, as misusing the ethical-humanitarian point of view seems to be one of the trends of our time, with the consequence that the political perspective ends up being pushed to the background or forgotten.

Keywords: bioethics, biopolitics, Foucault.

Cadernos
IHU *ideias*

Um olhar biopolítico sobre a bioética

Anna Quintanas Feixas
Universidade de Girona, Espanha

ano 13 • nº 229 • vol. 13 • 2015 • ISSN 1679-0316

Tradução de André Langer

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 



Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIII – Nº 229 – V. 13 – 2015

ISSN 1679-0316 (impresso)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: Lic. Áttila Alexius; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. MS Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Lic. Áttila Alexius

Arte da capa: Tobias Beise Ulrich

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração eletrônica: Rafael Tarcísio Forneck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa de Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Av. Unisinos, 950, 93022-000, São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467

Email: humanitas@unisinos.br

UM OLHAR BIOPOLÍTICO SOBRE A BIOÉTICA

Anna Quintanas Feixas

Universidade de Girona, Espanha

Introdução

Nos últimos anos temos defendido a necessidade de cruzar a bioética com os estudos biopolíticos. A razão principal reside no fato de pensar que a bioética corre o risco de converter-se na “cara amável da biopolítica”¹ se, de forma consciente ou não, seu quefazer contribuir para maquiagem, esconder ou esfumar as relações de poder e as questões políticas que se produzem em torno do “bios”. Seguramente, este perigo tem causas que estão além da própria bioética, posto que parece ser uma tendência do nosso tempo abusar do ponto de vista ético-humanitário, de tal forma que a perspectiva política fica relegada ou esquecida. Por exemplo, muitas vezes fala-se de solidariedade sem fazer referência à justiça social, ou apela-se às éticas aplicadas para debater sobre conflitos que não são apenas éticos, mas que fundem suas raízes no contexto social, político e econômico. Neste sentido, no caso da bioética, o sociólogo francês Éric Fassin estabelece uma suspeita incriminatória:

Pode-se estabelecer a hipótese de que a ética esconde a política (...). Quando se trata da vida, as eleições políticas são construídas como se fossem questões morais apolíticas. (...) Pode-se pensar que o termo ‘bioética’ contribui de maneira eficaz para esta ocultação do político².

Ao contrário, se a bioética fosse conjugada com os estudos biopolíticos, não apenas poderia enriquecer-se incluindo em seu seio a descrição das relações de poder que intervêm nos desafios bioéticos, mas, além disso, poderia contribuir abertamente para enfrentar seus desafios. Para determinar em que sentido se poderiam estabelecer vínculos entre a bioética e a biopolítica é necessário, em primeiro lugar, definir o termo biopo-

1 Ugarte (2005), p. 54

2 Fassin (2012), p. 4.

lítica a partir de uma dupla semântica que pode ser derivada do sentido que lhe atribuiu Michel Foucault no último capítulo do seu primeiro volume sobre a *História da sexualidade. A vontade de saber* (1976)³.

A biopolítica foucaultiana

Antes de desenvolver o conceito de “biopolítica” em *A vontade de saber*, Foucault já o havia mencionado anteriormente em algumas conferências sobre a história da medicina que realizou no Rio de Janeiro em 1974. Mas, nessa ocasião, limitou-se a afirmar que, na sociedade capitalista, o governo sobre os indivíduos não se realiza apenas através de uma ideologia que pode penetrar a consciência dos indivíduos e deformar sua visão do mundo, mas também, e sobretudo, a partir de técnicas exercidas diretamente sobre o corpo e a partir do corpo. A tese de Foucault era que, a partir do final do século XVIII e princípios do século XIX, o capitalismo converteu o corpo no principal instrumento de controle e gestão da população, razão pela qual o corpo passou a ser uma “realidade biopolítica”, e a medicina, “uma estratégia biopolítica”⁴.

Mas foi em *A vontade de saber* que Foucault explicitou como funcionam as estratégias biopolíticas interessadas em conhecer e administrar a vida humana desde a sua vertente biológica. Junto com a demografia, a saúde pública e a estatística, apareceu todo um arquivo de dados sobre o número de nascimentos, a mortalidade, a morbidade ou os fluxos migratórios que foi imprescindível para regular os processos vitais. Sempre em nome da melhoria das condições de vida da população foram aparecendo múltiplas estratégias para mudar seus hábitos, costumes e estilos de vida que tiveram origens diversas, desde o Estado até a medicina social e o higienismo, passando pelas sociedades filantrópicas. A medicina foi desbloqueada e começou um processo de progressiva medicalização da sociedade, em que cada vez menos aspectos pareciam ficar fora do marco sanitário. Todo o mundo social e a vida inteira dos indivíduos foi se convertendo, de forma crescente, em objeto de interesse médico: a qualidade da água e do ar, a localização dos cemitérios, os matadouros, as prisões ou os hospitais, os traçados urbanísticos, as estruturas arquitetônicas, a alimentação, a sexualidade, a procriação e a criação dos filhos, o tempo do ócio, as condições de trabalho, etc. Desta forma, segundo Foucault, seria ingênuo continuar vendo a medicina como uma simples arte para

3 Foucault (1989), pp. 161-194.

4 Foucault (1989), pp. 161-194.

curar e prevenir doenças, posto que passou a ocupar um lugar de protagonismo no governo da população.

Para Foucault, esta nova política da vida era indissociável do liberalismo. De fato, para compreender a especificidade das técnicas biopolíticas, em *A vontade de saber* contrasta-as com o exercício do poder no Antigo Regime. O símbolo do poder soberano contra o qual o liberalismo se rebelou era a espada, porque a sua principal característica consistia em ter o direito de matar os seus súditos, caso estes desobedecessem. Na época, o poder não dispunha dos mecanismos necessários para exercer um controle regular e eficaz sobre a vida dos seus súditos, razão pela qual, nas poucas ocasiões em que podia manifestar sua força, o fizesse diante de multidões, na praça pública, e com grande contundência e espetacularidade. O teatro suplicial, com toda a sua infinidade de horrores e torturas, pretendia ser um lembrete da assimetria existente entre o soberano absoluto e seus súditos. O poder baseava-se, pois, principalmente, no direito de morte.

No liberalismo, ao contrário, a tecnologia do poder não se baseará tanto na morte em si como no governo direto da vida. A partir do momento em que a vida humana é valorizada como força de trabalho e a riqueza está relacionada com o número de habitantes de um Estado, as mutilações e a pena de morte tornam-se contraproducentes. Já não se tratará tanto de aleijar os indivíduos ou ameaçá-los de morte como de encontrar os mecanismos que permitam extrair o máximo jugo de suas potencialidades e forças vitais. A vida em si mesma, neste novo contexto biopolítico, converteu-se tanto em objeto do saber⁵ como do poder. A vida deixou de ser apenas um produto do azar ou da providência divina para passar a ser um objeto calculado do poder. Não em vão Foucault dedica várias páginas de *A vontade de saber* à obsessão pela eugenia, que pode ser encontrada, ao menos até metade do século XX, tanto na Europa como nos Estados Unidos, e ao nazismo, por elevá-la à máxima potência a ponto de chegar a idealizar “a solução final” para fazer desaparecer as formas de vida inferiores ou degeneradas.

Assim, pois, a biopolítica implica uma determinada forma de exercer o poder que governa a vida de maneira sistemática e premeditada, com a intenção de não deixar nada ao azar, nem tão somente os fatores aleatórios próprios dos fenômenos biológicos, posto que se busca a maneira de poder estudá-los e reinscrevê-los em gráficos e curvas estatísticas que mostrem sua incidência, sua frequência, os riscos que trazem associa-

5 O próprio termo “biologia”, no sentido atual, provém do começo do século XIX, e parece que foi idealizado, paralela e separadamente, por Karl F. Burdach (1800), Gottfried R. Treviranus (1802) e Lamarck (1802).

dos, os grupos sociais que afetam, tudo para tentar regulá-los e minimizar ao máximo seus efeitos negativos sobre o equilíbrio social. Esta nova forma tão exaustiva de “administração dos corpos” e de “gestão calculadora da vida”⁶ esteve, segundo Foucault, totalmente inter-relacionada com a evolução do capitalismo:

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, o que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.⁷

Pois bem, como indicamos anteriormente, da descrição que Foucault faz da biopolítica em *A vontade de poder*, parece que podem derivar duas semânticas diferentes. Até agora nos movimentamos no primeiro significado, no mais usual, naquele que entende a biopolítica como relação de poder. Foucault afirma claramente que “agora, é na vida e ao longo do seu desenvolvimento que o poder estabelece sua força”⁸ e que se trata de “um poder que se exerce positivamente sobre a vida, que procura administrá-la, aumentá-la, multiplicá-la, exercer sobre ela controles precisos e regulações gerais”⁹. Mas a nossa tese é que traímos o espírito foucaultiano se não mencionamos o fato de que, na era do biopoder, esta vida foi também fonte de múltiplas resistências. Apesar da grande sofisticação das tecnologias de poder biopolíticas, que são capazes de penetrar até os elementos mais ínfimos da vida humana, a própria vida não deixou de elaborar formas para driblá-las. Sem dúvida, desde Foucault pode-se falar do conjunto de políticas aplicadas sobre a vida, mas, infelizmente, muitas vezes se esquece que Foucault também destacou as políticas levadas a cabo pela própria vida para resistir às relações de poder que pretendem dirigi-la e enquadrá-la. Para iluminar esta dupla vertente da biopolítica, poderíamos utilizar a distinção de Roberto Esposito entre “políticas *sobre* a vida” (aplicam-se do exterior sobre elas) e “políticas *da* vida” (que nascem dela mesma, de seu interior)¹⁰, e sua concepção de uma possível “biopolítica afirmativa”:

A vida, pode-se dizer, é para Foucault o estrato biológico que nunca coincide com a subjetividade, porque é sempre presa de um processo – duplo e simultâneo – de submissão e subjetivação: o espaço que

6 Foucault (1989), p. 169.

7 Foucault (1989), p. 170.

8 Foucault (1989), p. 167.

9 Foucault (1989), p. 165.

10 Esposito (2004), p. 53.

o poder investe sem nunca chegar a ocupá-lo em sua totalidade, e inclusive criando formas sempre renovadas de resistência. Nesta perspectiva, bosquejam-se os contornos ainda incertos de uma biopolítica afirmativa, isto é, uma biopolítica que, em vez de destacar-se negativamente sobre os dispositivos do saber-poder moderno, situa-se na linha de tensão que os obstrui e desloca¹¹.

Para compreender o que pode significar esta “biopolítica afirmativa” intuída por Esposito, que emanaria da emergência de novas “políticas da vida” surgidas a partir do século XIX, cabe ter em conta que Foucault, em *A vontade de saber*, após explicar que a biopolítica refere-se “àquilo que faz a vida e seus mecanismos entrar no domínio dos cálculos explícitos e converte o poder-saber em um agente de transformação da vida humana”. Ato contínuo, acrescenta: “isto não significa que a vida tenha sido exaustivamente integrada às técnicas que a dominam ou administram; ela escapa sem cessar”¹².

A partir do século XIX, “as grandes lutas que questionam o sistema geral de poder” (os movimentos de resistência, os movimentos sociais, as lutas políticas) centraram-se também na vida, “o que se reivindica e serve de objetivo é a vida”: fazem-se demandas em relação a que as necessidades fundamentais da vida sejam cobertas pela sociedade, reivindica-se o direito a uma vida digna, os cidadãos já não se conformam com a simples sobrevivência, mas pedem uma vida de qualidade, fala-se do direito à vida e ao próprio corpo, ou do direito a uma vida saudável e feliz: “temos aí um processo de luta bem real; a vida como objeto político foi de certo modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que pretendia controlá-la”¹³.

Em consonância com sua ideia de que onde há poder há sempre também possibilidade de resistência, Foucault pode afirmar que a vida tornou-se tanto objetivo do poder como fonte de resistências e lutas sociais. A partir desta dualidade semântica derivada do termo “biopolítica” que acabamos de explicitar, agora podemos descrever em que sentido a biopolítica pode ser útil para a bioética. Em primeiro lugar, falaremos da importância que tem para a bioética levar em conta a biopolítica entendida como tecnologia de poder que pretende administrar a vida. Os conflitos éticos sobre os quais a bioética tenta refletir não deveriam ser analisados à margem das relações de poder que circundam a vida e o corpo. Com frequência, os conflitos de valores que aparecem no âmbito biomédico e

11 Esposito (2009a), p. 31-32.

12 Foucault (1989), p. 173.

13 Foucault (1989), p. 175.

em torno das novas biotecnologias não podem ser bem apreendidos se se esquece o contexto biopolítico em que são produzidos.

E, em segundo lugar, tentaremos determinar por que as resistências contra o biopoder idealizadas pela própria vida através de múltiplas lutas sociais deveriam fazer parte também do núcleo da bioética. Se a bioética pretende ser uma ética para o cuidado da vida em um contexto neoliberal, tem que tomar partido, tem que deixar claro onde se situa e de que lado se posiciona, posto que no seio do mundo globalizado estão se produzindo graves tensões entre a lógica dos direitos humanos e a proteção da natureza, por um lado, e a lógica do mercado e da especulação financeira, de outro. O mundo sanitário, biomédico e biotecnológico, tanto em sua vertente assistencial como em relação à sua faceta de pesquisa, funciona, assim como as demais realidades sociais, no epicentro deste diagrama de enfrentamentos e colisões entre interesses antagônicos.

A bioética frente à biopolítica como forma de governo da vida

A bioética trata dos problemas éticos que surgem em torno da vida. Em sua versão predominante, ocupa-se principalmente de temas biomédicos: desde o aborto, a eutanásia, o suicídio assistido ou a pesquisa com células-tronco, até a autonomia do paciente. Porém, pode a bioética tratar de todas estas realidades que acontecem dentro dos ambulatórios, dos hospitais ou dos laboratórios de pesquisa sem ter em conta que estas instituições não são entidades isoladas, mas estão inseridas em um determinado contexto social, político e econômico?

Os conflitos éticos que aparecem em torno da vida têm um contexto e este não costuma ser levado em conta pela bioética dominante, embora tivesse que ser óbvio que não é a mesma coisa falar de autonomia do paciente dentro de um marco social no qual os serviços de saúde são acessíveis a toda a população, que fazê-lo em um contexto em que o principal problema da saúde é a não existência de uma cobertura universal de saúde. Do nosso ponto de vista, ter em conta o contexto já implica fazer interagir a perspectiva (bio)ética e a (bio)política. Lamentavelmente, a bioética dominante não teve por regra ocupar-se do contexto social em que aparecem os problemas bioéticos. Por isso, parecem-nos tão estimulantes todos os esforços de distintos autores latino-americanos para construir outras, adaptadas às necessidades próprias de cada contexto geográfico concreto. Susana Vidal, por exemplo, pensando sobretudo na América Latina, defende “a necessidade de um olhar regional” em relação

às temáticas bioéticas¹⁴. Além disso, o surgimento destes “border thinking” – parafraseando Walter Mignolo – tem a virtude de tornar problemáticos princípios e pressupostos que, na bioética hegemônica, foram assumidos sem discussão prévia. Por exemplo, a bioética dominante costuma girar em torno do princípio da autonomia, porque seu marco de atuação foi produzido principalmente em países ricos. Mas, se a bioética pretende fundamentar-se em valores que tendam a ser universais, deverá fazer frente ao fato de que para milhões de pessoas a coisa mais urgente é que se ponham em funcionamento as condições necessárias para que o princípio da justiça se torne realidade e assim possam ter acesso aos serviços sanitários de qualidade sem discriminação alguma, nem por razão de lugar de nascimento. A autonomia do paciente é um princípio fundamental, mas, para que esta possa ser exercida, evidentemente, primeiro faz-se necessário que os cidadãos, em nível mundial, tenham acesso aos serviços sanitários:

Como abordar temas como a desnutrição infantil com o enfoque tradicional de uma bioética de princípios? Como deve ser aplicado o princípio de autonomia e sua regra prática, o consentimento informado, no caso de mulheres semianalfabetas, desnutridas, vítimas da violência familiar, arrimo de lares pobres com numerosos filhos? Qual é a margem real de liberdade de decisão que estas pessoas têm mesmo quando seus médicos lhes dão informações sobre as opções? E quais são suas opções em sistemas de saúde fragmentados, ineficientes e geralmente pouco acessíveis?¹⁵

Defender a necessidade de cruzar a bioética e a biopolítica é, pois, também uma forma de impulsionar a construção de olhares bioéticos alternativos nos quais não se separe totalmente o ético do político, os conflitos de valores dos conflitos de interesses ou das relações de poder. Se a bioética pretende aportar uma ética para o cuidado da vida deveria ter como principais preocupações aquelas realidades que ameacem a saúde e a vida de um maior número de pessoas em nível mundial, como são a fome, as guerras ou a deterioração da natureza. Evidentemente, se o fizesse se daria conta de que não há ética da vida possível que possa solucionar a questão política. Se a bioética se centra na análise das consequências das inovações tecnológicas, cujo acesso está por enquanto limitado a uma elite mundial e, pelo contrário, não toma como cavalo de batalha, por exemplo, as causas da fome, acabará dando razão a Cornelius Castoriadis quando acusou a bioética de ser

14 Vidal (2010), p. 81.

15 Vidal (2010), p. 99.

uma bioética para ricos, e, por isso, propôs abandonar a bioética e passar, sem mais, à biopolítica:

A universalidade dos princípios éticos é universal apenas acima de um determinado nível de produto interno bruto *per capita*? Será que em vez de uma bioética o que na realidade necessitamos não é de uma *biopolítica*?¹⁶

Caso não sejam estabelecidos vínculos entre a bioética e a biopolítica, vai aparecer este tipo de paradoxo e contrassensos. A bioética não pode partir de uma categoria abstrata de sujeito, mas deveria fazer referências a um sujeito situado. A necessidade da bioética de levar em conta o contexto, ou seja, o marco biopolítico, não é válida apenas para os chamados “países periféricos”, mas também para os países onde há uma maior renda *per capita* porque, nestes últimos, estaríamos muito equivocados se acreditássemos que seu nível maior de bem-estar é uma conquista inamovível. Se há uma coisa que a crise financeira que tão duramente golpeou a Europa nos últimos anos mostrou claramente, sobretudo nos países do sul, é que se equivocam aqueles que pensam que as bases do Estado de bem-estar social eram sólidas. Nada está garantido. Os direitos sociais têm atrás de si uma longa e custosa história de lutas, mas estes podem ser deteriorados ou estraçalhados em um período de tempo relativamente curto.

Por outro lado, normalmente não se tem presente o fato de que as questões bioéticas em geral costumam ter consequências sociais de grande magnitude. Por exemplo, o que decidirmos sobre o aborto ou a eutanásia marcará o tipo de sociedade na qual iremos viver. Não são questões puramente individuais. Não se trata de um dilema ético que profissionais na área da saúde e indivíduos devem se colocar diante de determinadas circunstâncias, mas que, através das nossas decisões bioéticas, estejamos ou não conscientes disso, estamos tomando partido por um determinado modelo de sociedade, isto é, estamos levando a cabo decisões abertamente políticas. Talvez o campo da genética seja um dos que melhor ilustra esta questão. Já há muitos anos, em determinados países, permite-se a seleção de embriões na reprodução assistida como forma de evitar que os filhos tenham determinadas doenças. Na Espanha, no princípio, só se admitia esta possibilidade se a anomalia genética desembocasse necessariamente no desenvolvimento de uma doença, mas agora já é permitida também em casos em que o aparecimento da doença é apenas uma possibilidade. Com o tempo, para tentar buscar a melhor qualidade de saúde possível para os nossos

16 Castoriadis (1997), p. 256.

filhos, talvez a descendência acabe sendo inteiramente fabricada em laboratório. E debater sobre esta questão não implica apenas elementos morais, mas também elementos políticos. Os dilemas bioéticos costumam levar, de forma implícita, à seguinte questão: “que sociedade queremos construir?” E esta pergunta nos leva ao parágrafo seguinte e à possibilidade de apostar em uma bioética crítica que enfrente o contexto biopolítico que domina o nosso presente.

A bioética como catalisadora de uma nova política da vida

Todas estas questões bioéticas que, no fundo, nos estão interpelando sobre que tipo de sociedade queremos, deveriam ser enfrentadas através de um debate aberto com a população. A deliberação não deveria ficar nas mãos de uma minoria, nem da classe política, nem dos que possuem o domínio econômico, nem de uma elite de especialistas. Tomar decisões sobre como queremos que seja a origem da nossa descendência e o final de nossas vidas, ou sobre as possibilidades e o alcance da manipulação genética, ou sobre como enfrentar o cuidado do meio ambiente em nível global e da saúde da população mundial, é de tal envergadura que exige, do nosso ponto de vista, uma democratização dos debates bioéticos. A bioética deveria ser capaz de fazer com que a população se sentisse diretamente interpelada por estas questões que determinarão o nosso futuro e o das gerações vindouras. Neste sentido, parece-nos muito acertada a proposta de Miguel Kottow sobre a construção de uma “bioética pública” dedicada, entre outras coisas, a fomentar a participação da sociedade civil nos debates bioéticos¹⁷. Jeremy Rifkin, em seu influente texto sobre *O século da biotecnologia*, explicou-o de forma muito clara e tentou defender-se das críticas daqueles que desqualificam qualquer proposta nesta direção:

Os céticos afirmarão que é ingenuidade acreditar que a maioria das pessoas tenha interesse ou deseje participar de discussões ‘abstratas’, muito distantes de sua vida cotidiana. Entretanto, as questões que cercam as novas tecnologias não são abstratas ou remotas. Bem ao contrário, são as mais próximas e prementes com que a humanidade já se defrontou e são do interesse de todo ser humano que vive na Terra. (...) A revolução biotecnológica afetará todos os aspectos da nossa vida (...), todas as nossas realidades, pessoais e coletivas serão profundamente tocadas pelas novas tecnologias do século biotecnológico. Essas tecnologias tão pessoais merecem,

17 Kottow (2011), pp. 61-76.

certamente, ser amplamente discutidas e debatidas pelo público em geral antes de se tornarem parte da nossa vida diária¹⁸.

Se Michel Foucault tinha razão, se a vida se converteu não apenas em um objeto do poder/saber, mas também em uma das principais bandeiras das lutas e movimentos sociais que resistem aos efeitos biopolíticos mais intoleráveis, a bioética poderia servir de nova “ágora”, de nova “praça pública” a partir da qual enfrentar o que V. R. Potter chamou de “a grande crise de hoje”, uma crise ecológica e humana, de escala mundial, e intimamente ligada aos grandes desafios que as novas tecnologias nos impõem em um contexto que hoje é regido pelos princípios do neoliberalismo. Devemos estar conscientes do fato de que o núcleo do problema não reside nas biotecnologias, mas no papel que a sociedade neoliberal designa a elas. Se a tecnociência estivesse realmente posta a serviço do bem comum, não caberia nenhuma dúvida de que não reconheceríamos o mundo em que agora habitamos. Determinar quais são os objetivos prioritários, saber para onde queremos orientar a bússola, criar uma sabedoria que nos ensine a utilizar de forma não prejudicial o grande potencial tecnológico de que dispomos, este era precisamente o objetivo da bioética para V. R. Potter. Ele teve a ideia de criar “cátedras de futuro” nas universidades que servissem para comprometer os estudantes com os desafios sociais, e projetou também instituições de bioética global que deveriam ser abertas em todo o mundo para pressionar os governos em nível local, nacional e internacional com vistas a promover uma nova ética-política da vida regida verdadeiramente pelo bem comum.

A bioética poderia ser, portanto, uma boa plataforma, chamada para a construção de uma nova Internacional dos cidadãos que defendesse aquilo que Esposito chama de “biopolítica afirmativa”, uma nova política *da* vida que, como bem reconhece este pensador italiano, não pode ser obra de um único autor nem de uma única escola de filosofia, porque se trata de uma mudança de paradigma que deve ser enfrentada como “a grande tarefa filosófica da nossa geração”¹⁹. Se o neoliberalismo conver-

18 Rifkin (1999), p. 247-248. Em relação a temas como os da dívida ecológica dos países centrais com os países periféricos, a crescente tendência de privatização da natureza ou da chamada “biopirataria”, Ulrich Brand (2005) também defende “uma política democrática da biodiversidade”: “um desenvolvimento democrático das relações sociais com a natureza requer também outras racionalidades e experiências que aquelas que estão prevalecendo até hoje: o do poderio sobre a natureza e sua espoliação. Com isso, não se quer pintar uma imagem romântica da natureza; antes, trata-se de questões de autodeterminação, disponibilidade, controle e de uma negociação e decisão democráticas de como a natureza deve ser apropriada hoje e no futuro. Consequentemente, uma apropriação democrática da natureza, o que não implica um caráter de domínio sobre ela, também deve colocar em dúvida as múltiplas formas de opressão e dominação social” (pp. 109-110).

19 Esposito (2009b), p. 71.

teu o livre mercado em uma sociedade de mercado, onde tudo, absolutamente tudo, deve ser regido pelo modelo empresarial de benefícios a curto prazo, a bioética crítica, se realmente aposta em uma ética do cuidado da vida, deve contribuir para denunciar e desarticular estas malhas neoliberais nas quais nos encontramos enredados.

A bioética, caso recuperar o espírito potteriano e seu olhar global sobre os principais problemas que afetam a todos em nível mundial, se mantiver seu caráter transdisciplinar e sua perspectiva de análise a longo prazo, poderá ser certamente um terreno ideal para funcionar como encruzilhada, como lugar de encontro e deliberação para uma cidadania internacional que pretenda empoderar-se e tomar as rédeas do seu destino. A bioética é por si um lugar privilegiado para “fazer comunidade”, para fomentar a crítica e fazer o ético desembocar no político. A bioética democratizada e aberta à cidadania deveria exigir dos poderes públicos que respeitem os princípios éticos em relação ao trato com a vida.

Esta ideia biopolitizada da bioética pode soar intempestiva para alguns²⁰, mas, ao menos nas suas origens potterianas, a bioética foi mais um movimento do que uma disciplina, e foi um movimento totalmente implicado com o ecológico, o social, o político, o econômico e o legal. A bioética global de Potter pretendia criar todo um movimento social de proteção da vida e de denúncia das violações que esta sofria. Lamentavelmente, muitos desconhecem que Potter, no Congresso da SIBI de Gijón de 2000, assentou que “para um futuro de longo prazo teremos que inventar e desenvolver uma bioética política”²¹. Efetivamente, sua defesa da ética ambiental, que não separou da justiça social, só poderia derivar, finalmente, em ação (bio)política. Acreditamos que aproximar a bioética da biopolítica é uma maneira de recuperar o espírito potteriano e seus desejos em relação a uma “bioética mundial politicamente dinamizada”²². Por isso, também nos é muito atrativa a ideia de Susana Vidal sobre “uma bioética como transdisciplina transformadora”, que seja capaz de aportar “um olhar crítico sobre a problemática ética da vida e da saúde” e de oferecer “formas de intervenção na realidade para transformá-la e gerar vias para a exigibilidade dos Direitos Humanos”²³.

20 Embora no mundo anglo-saxão e na bioética europeia seja estranho associar o aspecto da bioética ao da biopolítica, na América Latina é algo muito mais habitual. Cf., por exemplo, Assalone (2012), Digilio (2010), Kottow (2005), León (2009) ou Maldonado (2004).

21 Potter (2002).

22 Potter (2002).

23 Vidal (2010), pp. 116, 117 e 118.

Referências bibliográficas

- ASSALONE, E. (2012). “La ética en los tiempos del biopoder. Por qué importa la biopolítica a la bioética”. *Alcances. Revista de Filosofía*, marzo de 2012 (<http://www.alcances.cl/ver-articulo.php?id=112>).
- BRAND, U. (2005). “El orden agrícola mundial y la sustentabilidad tecnológica”. In: V.V.A.A., *¿Un mundo patentado? La privatización de la vida y el conocimiento*. San Salvador: Fundación Heinrich Böll, pp. 83-110.
- CASTORIADIS, C. (1997). *El avance de la insignificancia*. Buenos Aires: Eudeba.
- DIGILIO, P. (2010). “Interferencias entre bioética, biopolítica y dignidad humana”. In: V.V.A.A. *La dignidad humana: filosofía, bioética y derechos humanos*. Buenos Aires: Ed. Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia, Seguridad Social y Derechos Humanos de la Nación.
- ESPOSITO, R. (2004). *Bíos. Biopolítica y filosofía*. Buenos Aires: Amorrortu.
- ESPOSITO, R. (2009a). *Tercera persona. Política de la vida y filosofía de lo impersonal*. Buenos Aires: Amorrortu.
- ESPOSITO, R. (2009b). “Entrevista: una biopolítica afirmativa”. *Minerva*, pp. 68-71 (http://www.circulobellasartes.com/fich_minerva_articulos/Una__biopolitica__afirmativa_%287393%29.pdf).
- FASSIN, E. “Introduction. Sous la bioéthique, la bio-politique”. *Raison-publique.fr*, 15 de maio de 2012 (<http://www.raison-publique.fr/article523.html>).
- FOUCAULT, M. (1982). “Nietzsche, la genealogía, la história”. In: *L'ordre del discurs i altres escrits*. Barcelona: Laia, pp. 149-179.
- FOUCAULT, M. (1989). “Derecho de muerte y poder sobre la vida”. In: *Historia de la sexualidad I. La voluntad de saber*. Madrid: Siglo XXI, pp. 161-194.
- FOUCAULT, M. (1999). “Nacimiento de la medicina social”. In: *Obras esenciales*, vol. II. Barcelona: Paidós, pp. 363-384.
- KOTTOW, M. (2005). “Bioética y biopolítica”. *Revista Brasileira de Bioética*, vol. 1, nº 2, pp. 110-121 (<http://bioetica.org/cuadernos/bibliografia/kottow.pdf>).
- KOTTOW, M. (2011). “Bioética pública: una propuesta”. *Revista Bioética*, 19 (1), pp. 61-76.
- LEÓN, J. F. (2009). “Bioética y biopolítica en Latinoamérica desde el personalismo”. *Vida y Ética*, año 10, nº 1, pp. 135-146 (<http://bibliotecadigital.uca.edu.ar/repositorio/revistas/biopolitica-latinoamerica-personalismo.pdf>).
- MALDONADO, E. (2004). “Tensión entre bioética y biopolítica. A propósito de la biotecnología”. In: V.V.A.A. *Horizontes de la bioética. Salud y realidad social*. Bogotá: Academia Nacional de Medicina/Universidad El Bosque, pp. 27-46.
- POTTER, V. R. (2002). “Temas bioéticos para el siglo XXI”, videoconferência que deu para o Congresso Mundial de Bioética organizado pela Sociedade Internacional de Bioética (Gijón, Espanha, junho de 2000), cuja tradução pode ser encontrada na *Revista Latinoamericana de Bioética*. Bogotá: Universidad Militar “Nueva Granada”, nº 2, pp. 150-157.

- QUINTANAS, A. (2010). "El trasfondo biopolítico de la bioética". In: ROMÁN, J. (coord.). *Bioética en Europa y Derechos de la Persona*. Salamanca: Servicio de Publicaciones de la Universidad Pontificia de Salamanca, pp. 389- 396.
- QUINTANAS, A. (2011). "Biopolítica y Salud Pública según M. Foucault". *Estudios Filosóficos. Revista de Investigación y Crítica*, vol. LX, 2011, pp. 435-451.
- QUINTANAS, A. (2013). *El trasfondo biopolítico de la bioética*. Documenta Universitaria, Girona (EPUB: <https://www.documentauniversitaria.cat/botiga.phf?a=allibre&id=686>).
- RIFKIN, J. (1999). *O século da biotecnologia*. São Paulo: Makron Books.
- UGARTE, J. (comp.) (2005). "Las dos caras de la biopolítica". In: *La administración de la vida. Estudios biopolíticos*. Barcelona: Anthropos, pp. 43-72.
- VIDAL, S. (2010). "Bioética y desarrollo humano: una visión desde América Latina". *Revista Redbioética/UNESCO. Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética*, año 1 (1), Montevideo, pp. 81-123 (www.unesco.org.uy/shs/red-bioetica/es/revista/ano-1-no-1-2010).

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krichke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monstero
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaiá
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marínés Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentí Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Pettele
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikwa e guarani Te'yikue no município de Caaraó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmiento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre as duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como a ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ángel Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camienero Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola



Anna Quintanas Feixas é graduada em Filosofia pela Universitat Autònoma de Barcelona e Doutora em Filosofia pela Universitat de Girona. Seu principal tema de pesquisa é “O Pensamento de Michel Foucault”, atuando também nas seguintes áreas de pesquisa: Antropologia Filosófica, Pensamento Contemporâneo, Filosofia Política, Bioética e biopolítica.

Obras da autora

QUINTANAS FEIXAS, Anna. Michel Foucault: filosofia de la transgressió. Editorial Pòrtic, 2002.

_____. Salut i poder en la gènesi de l'home contemporani. Universitat de Girona, 1998.

Outras publicações

QUINTANAS FEIXAS, Anna. Bioética, biopolítica e tanatopolítica. A obsessão doentia pela saúde perfeita. [20/10/2014]. Revista IHU On-Line, nº 456. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Entrevistadores: Márcia Junges e Patricia Fachin. Tradução: André Langer.



UNISINOS